



SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS	13
1. INTRODUÇÃO	25
2. NOÇÕES GERAIS DE PROCESSO E DE AÇÃO	29
2.1. Conceitos	29
2.1.1. Processo, autos, procedimento e ação	29
2.1.2. Pressupostos processuais e condições da ação	35
2.1.3. Elementos da ação	40
2.1.4. Preliminares e prejudiciais de mérito	47
2.1.5. Mérito da ação	50
3. SENTENÇA	53
3.1. Natureza jurídica	53
3.2. Conceito	54
3.3. Classificação	55
3.4. Requisitos	59
3.4.1. Relatório	60
3.4.2. Fundamentação ou motivação	62
3.4.3. Dispositivo	70

3.4.3.1. Provimentos ou disposições finais	79
3.4.4. Identificação do Juízo, preâmbulo, parte autenticativa e a expressão “Vistos etc.”	82
3.5. Capítulos de sentença	83
3.6. Vícios ou defeitos da sentença	84
3.7. Correção ou modificação da sentença pelo juízo sentenciante ...	87
4. TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DA SENTENÇA CÍVEL	89
4.1. Aspectos de redação e de linguagem	90
4.2. Como redigir a sentença	94
4.2.1. Como redigir o relatório	95
4.2.1.1. Exemplos de relatório	99
4.2.2. Como redigir a fundamentação	102
4.2.2.1. Observações gerais	102
4.2.2.2. Ordem lógica de enfrentamento das preli- minares	105
4.2.2.3. Preliminares e prejudiciais mais co- muns em determinados tipos de ação. Sugestões sobre como enfrentá-las. Exemplos	110
4.2.2.4. Apreciação do mérito da causa	146
4.2.2.4.1. Interpretação da lei e valo- ração das provas	147
4.2.2.4.2. Inversão do ônus da prova – uma regra de instrução	157
4.2.2.4.3. A apreciação de fato ou direito superveniente (<i>ius superveniens</i>)	159
4.2.2.5. Hipóteses de julgamentos simultâneos, na mesma sentença	160

4.2.2.6.	A motivação do pedido de concessão de tutela provisória	163
4.2.3.	Como redigir o dispositivo	165
4.2.3.1.	Abordagem geral, com exemplos	165
4.2.3.1.1.	Provimento jurisdicional principal	166
4.2.3.1.2.	Pedidos implícitos (juros legais, correção monetária, termos iniciais e índices) ..	173
4.2.3.1.3.	Concessão, negativa ou cassação da tutela provisória ..	178
4.2.3.1.4.	Verbas de sucumbência (custas, despesas processuais e honorários advocatícios)	180
4.2.3.1.5.	Provimentos ou disposições finais	188
4.2.3.2.	Aspectos específicos, com exemplos	197
4.2.3.2.1.	Dispositivo da sentença em casos de condenação da Fazenda Pública (ações indenizatórias, ações relativas à remuneração de servidores públicos, ações previdenciárias, tributárias e de desapropriação)	197
4.2.3.2.2.	Dispositivo da sentença em ação de mandado de segurança	222
4.2.3.2.3.	Dispositivo das sentenças em ação civil pública e em ação popular	226

4.2.3.2.4.	Dispositivo das sentenças em ações dos juizados especiais	237
4.2.4.	Sentença de correção de erro material ou de julgamento de embargos de declaração	249
5.	IMPROPRIEDADES MAIS COMUNS COMETIDAS NA REDAÇÃO DE SENTENÇAS	255
6.	DICAS DE REDAÇÃO DA SENTENÇA EM UM CONCURSO	261
6.1.	Dicas gerais	261
6.2.	Dicas específicas	265
7.	PROVAS DE SENTENÇA CÍVEL APLICADAS EM CONCURSOS DA MAGISTRATURA	273
7.1.	TRF1 – JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 2009	273
7.2.	TJAP – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2009	278
7.3.	TJPB – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2010	279
7.4.	TJES – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2011	282
7.5.	TJPA – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2011	284
7.6.	TJRO – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2011	287
7.7.	TJAC – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2011	290
7.8.	TJPE – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2011	294
7.9.	TJCE – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2011	298
7.10.	TJPI – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2011	301
7.11.	TRF4 – JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 2011	303
7.12.	TJSC – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2011	307
7.13.	TRF5 – JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 2012	309
7.14.	TJMA – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2012	315

7.15.	TRF2 – JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 2012	318
7.16.	TRF4 – JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 2013	325
7.17.	TJMS – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2013	334
7.18.	TJDFT – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2014	337
7.19.	TJMT – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2014	341
7.20.	TRF2 – JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 2014	357
7.21.	TJRN – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2014	364
7.22.	TJAL – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2014	369
7.23.	TJAM – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2016	370
7.24.	TJPR – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2016	376
7.25.	TJSP – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2017	385
7.26.	TRF2 – JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 2017	389
7.27.	TRF2 – JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 2018	401
7.28.	TJCE – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2018	413
7.29.	TJBA – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2019	421
7.30.	TJSP – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2019	429
7.31.	TJMT – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2019	432
7.32.	TJPR – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2019	436
7.33.	TJAC – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2020	442
7.34.	TJRO – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2020	444
7.35.	TJPA – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2020	453
7.36.	TJAL – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2021	460
7.37.	TJRJ – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2021	462
7.38.	TJGO – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2021	466
7.39.	TJSP – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2022	470
7.40.	TJMA – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2022	478
7.41.	TJPR – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2022	485
7.42.	TJDFT – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2023	496

7.43.	TJMS – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2023	501
7.44.	TJRJ – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2024	505

8. ALGUMAS SENTENÇAS PROFERIDAS EM CASOS REAIS 515

8.1.	Sentença em ação desapropriação indireta. Interesse de agir e instância administrativa. Prescrição. Estação Ecológica. Pedido de tutela possessória inviável. Limitação integral ao direito de propriedade. Aposseamento administrativo caracterizado. Direito à indenização pela desapropriação indireta. Pedido sucessivo de indenização julgado procedente	515
8.2.	Sentença em mandado de segurança. Legitimidade ativa decorrente da propriedade do veículo automotor apreendido. Interesse de agir caracterizado pela ausência de necessidade de dilação probatória. Adequação da via processual eleita. Transporte irregular de passageiros. Apreensão do veículo automotor. Exigência indevida de pagamento de multa e despesas como condição para a restituição do bem. Exigência indevida prevista em ato normativo infralegal que viola o princípio da legalidade. Segurança concedida	527
8.3.	Sentença em ação pelo procedimento monitorio. Aptidão da Inicial. Cédula de Crédito Bancário instruída com demonstrativo da dívida. Documento hábil para a ação monitoria por constituir prova escrita de dívida e sem força de título executivo. Aplicação do CDC às instituições financeiras. Inexistência de cobrança indevidas de juros e encargos contratuais. Embargos monitorios rejeitados. Título judicial constituído. Com a conversão para o rito do cumprimento de sentença	532
8.4.	Ação de improbidade administrativa. Ajuizamento pela Fazenda Pública Municipal. Litisconsórcio Ativo do Ministério Público Federal. Prestação de contas incompleta. Inexistência de elementos aptos a comprovar o dolo do agente público. Alterações introduzidas por força da Lei nº 14.230/2021. Improcedência dos pedidos	540
8.5.	Sentença em ação pelo procedimento comum. Possibilidade jurídica do pedido. Extinção dessa condição da ação.	

Exaurimento da via administrativa. Interesse de agir caracterizado pela inexigibilidade de instância administrativa de curso forçado. Pedido de anulação de autuação por infração ambiental. Legalidade do Decreto 6.514/2008. Explicitação do alcance do artigo 80 da Lei 9.605/98. Inexigibilidade de advertência prévia para exercício do poder de polícia ambiental. Multa aplicada com base em ato normativo que não contempla a proteção de espécie nativa na região norte. Violação ao princípio da legalidade. Pedido anulatório procedente	545
8.6. Sentença em ação indenizatória. Transporte aquaviário. Acidente com passageiro. Danos materiais, morais e estéticos. Preliminares e prejudiciais de prescrição suscitadas por particular e rejeitadas. Prejudicial de prescrição arguida pela União e acolhida. Pedidos julgados parcialmente procedentes	551
8.7. Sentença em ação de reintegração de posse. Bem imóvel da União. Invasão. Preliminar de nulidade processual por ausência de citação. Preambular rejeitada. Pedido acolhido ..	559
8.8. Sentença em ação tributária de rito ordinário. Taxa de Serviços Administrativos instituída pela Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Ausência de definição legal do fato gerador do tributo. Inconstitucionalidade reconhecida. Pedidos procedentes	564
8.9. Sentença em ação de mandado de segurança. Aprovação de candidato dentro do número de vagas previstas em edital. Direito líquido e certo à nomeação e à posse no cargo. Ordem mandamental concedida	569
8.10. Sentença em ação indenizatória movida perante os Juizados Especiais Federais. Acidente em rodovia federal. Omissão. Responsabilidade subjetiva. Culpa demonstrada. Danos materiais e morais configurados. Pedidos parcialmente procedentes	573
8.11. Sentença em ação indenizatória. Danos materiais e morais. Extravio de bagagem por empresa aérea. Relação de consumo. Incompetência territorial arguida em contestação.	

Preliminar apreciada e rejeitada. Danos caracterizados.	
Responsabilidade civil contratual. Pleitos procedentes	577
8.12. Sentença em ação de modificação de guarda c.c. alimentos.	
Alienação parental. Pedidos parcialmente procedentes	582
8.13. Sentença em ação declaratória de união estável homoafetiva.	
Conceito de entidade familiar. Aplicação dos princípios cons-	
titucionais da igualdade e da dignidade da pessoa humana.	
Fatos comprovados. Pedido procedente	592
8.14. Sentença para correção ex officio de erro material	600
8.15. Sentença em embargos de declaração. Alegações de con-	
tradição e obscuridade na sentença. Vícios inexistentes.	
Embargos rejeitados	601
9. EXEMPLOS DE SENTENÇAS CONCISAS	603
9.1. Sentenças de extinção do processo sem resolução do mé-	
rito	603
9.1.1. Sentença indeferindo a inicial pelo descumprimento	
de despacho de emenda	603
9.1.2. Sentença extinguindo o processo em razão da	
desistência da ação	604
9.1.3. Sentença extinguindo o processo pelo reconheci-	
mento da litispendência ou da coisa julgada	605
9.1.4. Sentença extinguindo o processo por conta da	
superveniente perda do objeto	606
9.2. Sentenças resolvendo o mérito da causa	607
9.2.1. Sentença resolvendo o mérito da causa em razão	
do reconhecimento do pedido pelo réu	607
9.2.2. Sentença resolvendo o mérito da causa em razão	
de transação (homologando acordo). Rito comum	608
9.2.3. Sentença resolvendo o mérito da causa em razão	
da celebração de acordo. Rito sumaríssimo dos	
Juizados Especiais Federais	608

9.2.4.	Sentença resolvendo o mérito da causa em razão de renúncia do autor ao direito sobre o qual se funda a ação	609
9.2.5.	Sentença resolvendo o mérito da causa com base na revelia (confissão ficta)	610
10.	REFERÊNCIAS	613